



Região tem 2ª pior taxa de mortalidade perinatal de SP

Levantamento divulgado pelo Governo do Estado refere-se ao número de óbitos em 2009

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

A Baixada Santista possui a segunda pior taxa de mortalidade perinatal do Estado (18 óbitos para cada mil nascidos vivos ou mortos). A região só está atrás do Vale do Ribeira (21,3). Os números citados são de 2009.

O indicador se refere às mortes fetais da 22ª semana de gestação até sete dias completos após o nascimento do bebê.

As taxas foram divulgadas ontem pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). A marca do Estado (13,8) foi a mais baixa da história.

Embora tenha havido uma redução gradual da taxa de mortalidade perinatal nos últimos anos, a situação ainda é preocupante. Desde 1980, a Baixada registrou as piores marcas de São Paulo em 13 anos.

Os números desse importante indicador de saúde pública revelam que o trabalho de pré-natal e de assistência no momento do parto ainda deixam muito a desejar na região.



A baixo número de leitos de UTI Neonatal é um dos fatores citados para explicar os indicadores da região



A Tribuna
Sexta-Feira, 18 de Fevereiro de 2011

Clipping Diário

O professor do Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos (UniSantos), Alfésio Braga, disse que a alto índice de mortes perinatais são um problema crônico.

“Nossas pesquisas apontam que os serviços de pré-natal e de acompanhamento de parto são muito falhos nos hospitais públicos e particulares da Baixada. Portanto, não é apenas a população mais carente que sofre com essa situação”.

Braga explicou que várias teses sobre o tema foram apresentadas às prefeituras e à Secretaria de Estado da Saúde, mas “não percebemos nenhum movimento mais forte para melhorar os serviços”.

Ele afirmou também que outro aspecto que pode estar relacionado a esses óbitos é a contaminação ambiental existente na Baixada Santista.

Conforme o pediatra e docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Renato Nabas Ventura, um dos fatores que ajudam a explicar os indicadores é a pequena quantidade de leitos de UTI neonatal.

A Baixada Santista tem atualmente 100 UTIs desse tipo, sen-

Taxas de mortalidade

Local	Taxa	
	Natimortalidade	Mortalidade perinatal
Bertioga	7,0	10,5
Cubatão	12,2	20,7
Guarujá	10,1	18,0
Itanhaém	8,6	16,3
Mongaguá	4,5	16,6
Peruibe	15,6	26,6
Praia Grande	8,5	17,0
Santos	8,1	14,9
São Vicente	11,7	20,6
Baixada Santista	9,8	18,0

Fonte: Fundação Seade.

A diferença

Mortalidade infantil

Óbitos de crianças menores de um ano de idade

Mortalidade perinatal

Óbitos ocorridos no período que vai de 22 semanas completas (154 dias) de gestação até sete dias completos após o nascimento

Os números

A cidade da Baixada Santista com taxa de maior taxa de mortalidade é Peruibe, com 26,6 óbitos para cada mil gestação/parto. Cubatão aparece em seguida com 20,7. Em termos estaduais, o Vale do Ribeira aparece em primeiro com 21,3

do que nenhuma está instalada em Bertioga, Mongaguá e Peruibe. “A falta de UTIs pode dificultar o salvamento de vidas”, afirmou.

Ventura acredita que os números locais poderiam diminuir muito caso fosse realizado um atendimento de qualidade do pré-natal e de assistência ao parto.

“Se as equipes estiverem bem treinadas e a gestação for bem acompanhada, muitas mortes serão evitadas”.

PIOR

Conforme os dados divulgados ontem, Peruibe é a cidade com maior taxa de mortalidade perinatal na Baixada (26,6), seguida por Cubatão (20,7).

Conforme as prefeituras dessas cidades, houve um investimento maior na capacitação de funcionários. Por esse motivo, os indicadores referentes a 2010 serão melhores.



A Tribuna
Sexta-Feira, 18 de Fevereiro de 2011

Oportunidades da Copa

A inclusão de Santos e Guarujá entre as 37 cidades capacitadas para receber seleções para a Copa do Mundo de 2014 é uma grande oportunidade para a região divulgar seu potencial turístico e hoteleiro. Os dois municípios foram indicados pelo Governo do Estado, que quer oferecer um grande número de centros de treinamento para equipes de vários países. Segundo o governador Geraldo Alckmin, que fez o anúncio da iniciativa ontem, as localidades foram escolhidas entre as que têm boa infraestrutura esportiva, contam com hotéis de alto nível e ficam próximas a aeroportos. Para o Governo do Estado, receber uma delegação internacional é uma oportunidade para atrair investimentos nas áreas de

serviços e obviamente divulgar a cidade para todo o País e o exterior.

Entretanto, não deve bastar para os prefeitos contar apenas com a menção de seu município no guia feito pela equipe de Alckmin. Como o próprio documento ressalta, cabe a cada seleção escolher onde deseja ficar. A partir de agora, espera-se que os representantes de Santos e Guarujá conversem com seus empresários sobre como capacitar seus hotéis e locais de treinamento e, se possível, consultando antigas sub sedes das copas anteriores nos outros continentes. Além disso, também será conveniente contatar rapidamente um maior número de representantes das seleções, para divulgar os atrativos de nossa região.

GUARUJÁ Esgoto e sujeira

Municípios reclamam da sujeira e do esgoto na Rua Argentina, na altura do número 1099, na comunidade Vila Baiana. A sujeira fica de frente tanto para uma creche quanto para uma escola. Os moradores esperam que a prefeitura ou a Sabesp resolvam o problema.



GUARUJÁ

Prefeitura reduz valor de contrato após acordo com MP

O valor do contrato assinado no dia 10 de fevereiro foi reduzido de R\$ 6 milhões para R\$ 4,5 milhões; em dezembro o Ministério Público instaurou inquérito civil para apurar eventuais irregularidades na licitação

Da Reportagem

Após ser alvo de inquérito civil da Promotoria de Justiça de Guarujá, a Prefeitura de Guarujá propôs ao Ministério Público do Estado de SP (MP-SP) redução do valor do contrato de publicidade em 25%. O contrato no valor de R\$ 4,5 milhões com a empresa RP propaganda, vencedora da licitação, foi assinado no último dia 10 de fevereiro. O valor inicial do contrato era R\$ 6 milhões.

Há dois meses, durante a realização do certame 02/2010 para contratação de serviços de publicidade, a Promotoria de Justiça de Guarujá recomendou à Prefeitura a suspensão do processo licitatório e instaurou inquérito civil para apurar possíveis irregularidades.

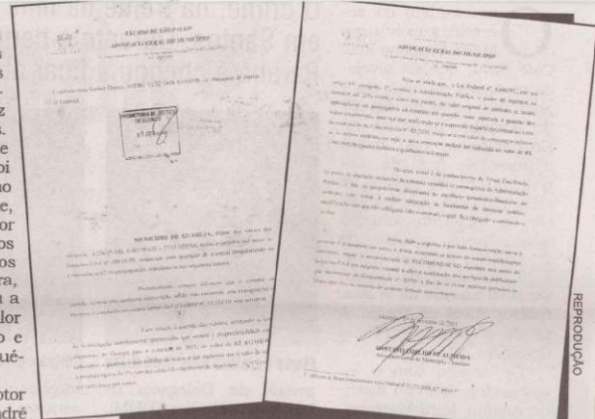
O promotor de Justiça, André Luiz dos Santos, questionou o valor do contrato sob o argumento de que "Soa ofensivo aos princípios da eficiência, da moralidade e da razoabilidade um gasto de R\$ 6.000.000,00 com propaganda, quando a realidade do Município indica ausência de pagamentos de precatórios, a existência de bairros sem urbanização e problemas de pagamentos por serviços essenciais, que no mês de agosto de 2010 ocasionou a paralisação da coleta de lixo na cidade" — segundo consta no inquérito.

Com base nesses argumentos, o MP-SP pretendia investigar a Municipalidade e a prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, "sob a pena de responder pela prática de ato de improbidade administrativa". Além disso, o promotor pediu cópia da reserva orçamentária para a contratação publicitária, garantias por escrito que a Administração pagará as dívidas para o próximo ano e não atrasará pagamentos de serviços essenciais. Também foi pedido relação dos funcionários da Secretaria Municipal de Comunicação Social e a estruturação

documentação com todas as informações solicitadas pelo promotor André Luiz dos Santos. O contrato de publicidade foi assinado no dia seguinte, após o promotor aceitar todos os esclarecimentos da Prefeitura, concordar com a redução do valor da contratação e arquivar o inquérito civil.

O promotor de Justiça, André Luiz dos Santos estabeleceu prazo de dez dias para a prefeita Maria Antonieta encaminhar cópia do contrato de publicidade.

O DL teve acesso à petição da Advocacia Geral do Município protocolada na Promotoria de Justiça de Guarujá, onde o órgão revê o valor do contrato e pede arquivamento no inquérito



O DL teve acesso à petição da Advocacia Geral do Município protocolada na Promotoria de Justiça de Guarujá, onde o órgão revê o valor do contrato e pede arquivamento no inquérito

Advocacia Geral do Município

O DL teve acesso à petição

de R\$ 842 milhões — 0,71%.

Segundo documento da Advocacia Geral, a Concorrência 02/2010 foi encerrada e homologada em 28 de janeiro de 2011, porém, o contrato não foi assinado em virtude do questionamento do valor da contratação. Alegando a necessidade dos serviços de propaganda, uma vez que o contrato com a antiga agência, a Puxe Comunicações Ltda, havia expirado, a Administração Municipal decidiu revisar o valor com base na Lei de Licitações nº 8.666/93, que permite à Administração

Pública suprimir ou acrescentar 25% do valor original do contrato. Usando dessa prerrogativa, a Prefeitura chegou ao valor de R\$ 4,5 milhões (nova contratação pelo valor do contrato atual mais a correção anual — R\$ 4.635.195,15).

Após atender as solicitações do Ministério Público, a Advocacia Geral pediu reconsideração da recomendação expedida nos autos do inquérito civil.

A Advocacia Geral do Município esclareceu ainda que publicações de atos oficiais não são objeto do contrato com a RP Propaganda.

Além do valor, o promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, havia pedido a suspensão da licitação alegando "vício insanável" no edital de convocação, que incluiu na mesma concorrência pública os serviços de propaganda institucional e publicação de atos oficiais. O promotor argumen-

do corpo docente da pasta após a implantação da reforma administrativa.

O magistrado solicitou ainda relação dos bairros que ainda não são urbanizados.

O MP havia fixado prazo de 10 dias para a Prefeitura encaminhar as informações solicitadas. Porém somente no último dia 9 de fevereiro, é que a Advocacia Geral do Município protocolou no Ministério Público a do-

ção da Advocacia Geral do Município protocolada na Promotoria de Justiça de Guarujá. Primeiramente, o órgão jurídico da Prefeitura esclareceu que "o certame ocorreu sem nenhuma intervenção, tendo sido encerrado sem impugnações ou recursos".

Quanto ao valor questionado para a publicidade, a Prefeitura justificou que os gastos representam menos de 1% do orçamento mu-

nicipal de R\$ 842 milhões — 0,71%.

milhões (nova contratação pelo valor do contrato atual mais a correção anual — R\$ 4.635.195,15).

Após atender as solicitações do Ministério Público, a Advocacia Geral pediu reconsideração da recomendação expedida nos autos do inquérito civil.

A Advocacia Geral do Município esclareceu ainda que publicações de atos oficiais não são objeto do contrato com a RP Propaganda.